



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 13 - 20 de julho de 2009

NOTÍCIA MULTILATERAL

G8 + G5 pedem conclusão de Doha em 2010 ... 1

NOTÍCIA REGIONAL

Missão empresarial sul-africana vem ao Brasil para estreitar relações comerciais 3

BREVES MULTILATERAIS

China promove transações em yuan..... 4

Rússia retomará proposta de adesão unilateral à OMC 5

China e Índia rechaçam tarifas de carbono 6

BREVE REGIONAL

Brasil e UE criam mecanismo de consulta contra barreiras não tarifárias 7

Brasil prepara diplomatas para assumir postos de adido agrícola 8

Equador rompe com o CIRDI..... 9

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais 10

Fóruns Regionais 11

Informações Úteis 11

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

Equipe editorial:

Adriana Verdier
Michelle Rattón Sanchez
Manuela Trindade Viana
Daniela Helena Oliveira Godoy
Leonardo Margonato Ribeiro Lima
Adriane Nakagawa
Thiago Dias Oliva

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIA MULTILATERAL

G8 + G5 pedem conclusão de Doha em 2010

Chefes de Estado das 13 maiores economias mundiais comprometeram-se a “buscar uma conclusão equilibrada e ambiciosa à Rodada do Desenvolvimento de Doha em 2010”, enquanto os negociadores na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, aceleram o ritmo das negociações diante da iminência do recesso de verão da Organização.

Tais compromissos de alto nível, entretanto, não constituem uma novidade. O recente pronunciamento dos países do G8+G5 foi precedido de dezenas de compromissos políticos para o término das negociações no curto prazo, desde o seu início em 2001. Contudo, após oito anos de prazos descumpridos e progresso lento nas negociações, a atual crise econômica global parece ter tornado mais urgente do que nunca a conclusão de um acordo comercial – estimativas do diretor geral da OMC apontam que tal acordo geraria uma economia de US\$ 130 bilhões anuais.

A declaração pela conclusão da Rodada emergiu das discussões da reunião de cúpula dos líderes do G8 – composto por Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia e Estados Unidos da América (EUA) –, sediada, na última semana, em L’Áquila, Itália. Aos países do G8, juntaram-se cinco das principais economias emergentes – África do Sul, Brasil, China, Índia e México – para discussões no segundo e terceiro dias do encontro. A declaração foi assinada por ambos os grupos.

As discussões de Doha, contudo, não deverão começar do zero. Os líderes afirmaram que as negociações deveriam se fundamentar em “progressos já atingidos, inclusive no que tange às modalidades” – termo que designa, no jargão da OMC, o quadro para os acordos sobre redução

tarifária e de subsídios –, que vinham sendo negociadas durante os últimos anos. O pronunciamento também enfatizou a necessidade de incrementar a “transparência e a compreensão dos resultados alcançados até o momento”, atendendo aos pedidos de Washington, que reclama por mais clareza a respeito de como seus exportadores serão afetados pelo acordo.

Os chefes de Estado também conclamaram seus ministros de comércio a “explorar imediatamente todas as possibilidades de colaboração direta com a OMC”, bem como a se reunirem antes da próxima cúpula do G-20, a ser realizada na cidade industrial de Pittsburgh, nos EUA, em setembro. Tal reunião prévia deverá ocorrer em Nova Délhi, Índia, nos dias 3 e 4 de setembro.

Além da Rodada Doha, os líderes mundiais comprometeram-se a “rejeitar todas as medidas protecionistas no comércio e nos investimentos”, bem como a “retificar prontamente” todas as medidas desta natureza que já tenham sido incorporadas às políticas domésticas. Contudo, tal promessa – uma reiteração quase literal da promessa feita na cúpula do G-20 de Londres em abril – dificilmente será mantida, uma vez que os líderes estão enfrentando fortes pressões internas para proteger suas indústrias locais. O pronunciamento do G8+G5 também reiterou o pedido à OMC e outros organismos internacionais que “reportem publicamente” desvios protecionistas, tarefa da qual o secretariado da organização já estaria encarregado.

Lamy pressiona por novos textos em outubro

O diretor geral da OMC, Pascal Lamy, que estava presente na cúpula da última semana, vem pressionando por progressos significativos nos aspectos técnicos das negociações. Após meses de relativa calma, as negociações foram intensificadas nas semanas antecedentes ao recesso de verão europeu, em agosto. Na última semana ocorreram negociações sobre bens industriais; nesta semana, serão realizadas as negociações agrícolas, segundo afirmaram oficiais da OMC. Uma reunião informal de representantes de todos os Membros foi marcada para 24 de julho. As negociações do grupo de regras deverão ser retomadas logo após o retorno de férias dos delegados.

De acordo com fontes consultadas, no esforço de fomentar as negociações, Lamy teria solicitado aos líderes dos diversos comitês de negociação a elaboração de novos textos ou relatórios até outubro. Um delegado afirmou que este prazo representa um desafio significativo diante da ausência de “progresso substancial” desde a divulgação dos últimos textos, em dezembro de 2008. Outra fonte da OMC considera o prazo razoável, especialmente se considerada a intenção de concluir as negociações em 2010.

De todo modo, não há dúvida de que Lamy continuará pressionando delegados e ministros em busca de novos progressos. O diretor geral parece considerar a possibilidade de agendar reuniões de alto-nível sobre a Rodada proximamente à Conferência Ministerial, a qual deverá ocorrer em Genebra, entre 30 de novembro e 2 de dezembro. A Rodada Doha está fora da agenda oficial para o evento, que deverá tratar do “trabalho regular” da organização, e não de negociações comerciais. No entanto, fontes afirmam que Lamy não teria desistido de organizar um encontro voltado especificamente à Rodada anteriormente à Conferência Ministerial. Caso suas intenções sejam frustradas, o diretor geral estará sob pressão para reunir os ministros de comércio no início de 2010, na medida em que a falta de progresso significativo nos próximos seis ou sete meses tornaria problemática a conclusão da Rodada até o final do próximo ano.

Ainda é uma questão aberta saber se os líderes mundiais estariam realmente prontos a assinar um acordo que limite sua habilidade de proteger os produtores domésticos em tempos de turbulência econômica. Observadores, como o professor Jagdish Bhagwati, da Columbia University, permanecem céticos a este respeito. “É preciso distinguir entre a contenção do protecionismo e o aprofundamento da liberalização. Não consigo pensar em nenhum exemplo de liberalização que tenha ocorrido em tempos de estresse macroeconômico tão intenso”. A respeito do pronunciamento do G8+G5, o professor afirmou que este não passaria de “uma afirmação ritual”. “Quando se trata de liberalizar o comércio de verdade, eles têm de enfrentar seus parlamentos e seus eleitores” – concluiu Bhagwati, referindo-se aos chefes de Estado.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 26 - 15 jul. 2009.

NOTÍCIA REGIONAL

Missão empresarial sul-africana vem ao Brasil para estreitar relações comerciais

No contexto da crise global que provocou retração expressiva no comércio Brasil-África do Sul, uma missão empresarial do país africano desembarcou em São Paulo no início de julho com o objetivo de reverter esse quadro e intensificar o intercâmbio comercial bilateral. Junto com autoridades do governo, chefiadas pela vice-ministra de Comércio e Indústria, Thandi Tobias-Pokolo, vieram ao Brasil representantes de 37 empresas sul-africanas em busca de oportunidades de expandir suas exportações, principalmente nos setores de alimentos, vinhos, autopeças, produtos químicos e eletrotécnicos.

No último dia 7, a missão sul-africana participou do Encontro Empresarial Brasil-África do Sul, evento promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). No evento, foram discutidos temas como transferência de tecnologia, investimentos, comércio bilateral e ampliação da integração produtiva entre os dois países. Além disso, os empresários sul-africanos realizaram uma série de reuniões individuais com empresários brasileiros. Na sequência, a missão dirigiu-se para Belo Horizonte, onde participou de evento semelhante promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

Segundo Pokolo, há grande potencial de crescimento para as relações comerciais entre Brasil e África do Sul. Falta, no entanto, maior conhecimento acerca das oportunidades para os dois países, do que decorre a importância da missão sul-africana no Brasil. Ainda, Pokolo destaca a relevância da parceria entre os dois países no âmbito do Fórum Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) como ferramenta para promover o

engajamento das economias emergentes frente ao desafio do desenvolvimento.

Aproximação entre Mercosul e SACU

Outro ponto destacado pela chefe da missão sul-africana é a formalização de um acordo entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU, sigla em inglês) – formada por Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia e África do Sul –, por meio do qual as trocas comerciais entre os dois blocos seriam intensificadas. O acordo de comércio preferencial, já aprovado pela presidência brasileira, porém pendente de aprovação no Congresso Nacional, permitirá que cada bloco elabore uma lista de produtos que gozarão de tarifas de importação reduzidas.

A ampliação do acesso ao mercado de ambos os blocos regionais contribuirá para o incremento não somente do fluxo de mercadorias, mas também das oportunidades de investimentos bilaterais. Além disso, o compromisso será base para futuras negociações sobre a assinatura de um acordo de livre comércio Mercosul-SACU, bem como para um entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU, tendo em mente a entrada em vigor do acordo firmado entre o país asiático e o bloco sul-americano (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 10, disponível em: <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/48203/>).

Após significativo aumento no comércio Brasil-África do Sul na última década, a diminuição das trocas comerciais entre os dois países acompanhou a redução das exportações e importações do Brasil no período compreendido entre janeiro e maio de 2009. Em 2008, o comércio bilateral movimentou mais de US\$ 2,5 bilhões, número muito superior ao montante registrado em 2000 – US\$ 500 milhões. A maior parte das exportações brasileiras ao país africano é composta de produtos manufaturados, sobretudo do setor automotivo.

Criação da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-África do Sul

Após o encontro do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ivan Ramalho, com

Thandi Tobias-Pakolo, no dia 7 de julho, foi anunciada a instalação, prevista para outubro, da segunda comissão de monitoramento do comércio do Brasil no continente africano – a primeira trata das relações com Moçambique.

A África do Sul tem despertado interesse de multinacionais de grande porte por constituir a economia de maior destaque no continente africano e por apresentar grande potencial de crescimento e intensa produção de minérios. Para o diretor do Departamento de Relações Internacionais da Fiesp, Newton de Mello, é essencial que o Brasil se aproxime da África, região com a qual o país possui grandes afinidades culturais, para aproveitar as oportunidades que o continente oferece. Será preciso, no entanto, competir com a China, a qual tem empreendido grandes esforços para aprofundar suas relações com a África.

Brasil promove agronegócio em Johannesburgo e Luanda

Neste cenário de aproximação entre Brasil e África, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), organizou uma missão comercial para promover o agronegócio brasileiro em duas feiras internacionais de alimentos e bebidas – a Africa's Big Seven e a SAITEX – na África do Sul, entre os dias 17 e 22 de julho.

Nas feiras, serão expostos produtos brasileiros dos setores de aves, carnes bovina e suína, além de arroz, lácteos, doces, etanol e cachaça. Também haverá encontros com importadores locais e com visitantes de outros países africanos, além de reuniões técnicas para o conhecimento do mercado local.

Pouco antes dos eventos na África do Sul, cerca de 50 empresas brasileiras participaram, em Angola, da Feira Internacional de Luanda (FILDA), sob a coordenação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Com isso, espera-se ampliar os negócios com o país africano, principalmente nos setores de máquinas e equipamentos, alimentos, casa e construção. O objetivo, segundo o presidente da Apex, Alessandro Teixeira, é fazer do Brasil o

principal fornecedor de infra-estrutura para Angola.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Apex. *Empresas brasileiras buscam novos negócios em Angola.* (01/07/2009). Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/portal_apex/publicacao/engine.wsp?tmp.area=27&tmp.texto=5714>. Acesso em: 12 jul 2009.

Fiesp. *Sul-africanos querem internacionalizar suas empresas.* (07/07/2009). Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/agencianoticias/2009/07/07/empresarios_sul_africanos_internacionaliz.ntc>. Acesso em: 8 jul 2009.

BREVES MULTILATERAIS

China promove transações em yuan

A China lançou, no início de julho, um programa piloto para permitir que suas empresas efetuem pagamentos em transações de comércio exterior utilizando o yuan, em substituição ao dólar. A medida beneficiará empresas situadas em Xangai e em quatro outras cidades chinesas, ao negociarem com companhias situadas em Hong Kong, Macau e nos dez países que compõem a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês) – Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã. Logo após o lançamento da medida, seis empresas já haviam anunciado a assinatura de contratos somando 14 milhões de yuans (US\$ 2 milhões) com companhias de Hong Kong e Indonésia.

Analistas afirmam que, embora o programa piloto adote, inicialmente, contornos limitados, constitui um passo importante no processo de internacionalização da moeda chinesa. Executivos chineses receberam a notícia positivamente, ressaltando a importância da redução de custos de transação e dos riscos cambiais no contexto da crise financeira global. Xu Weimin, presidente da

companhia Shanghai Silk Group, afirmou ser “sempre bom ter escolhas adicionais”. “As flutuações do dólar nos prejudicaram seriamente”, completou. “Se nossos clientes concordarem, vamos dar preferência ao uso do yuan em nosso comércio internacional”.

A medida insere-se no contexto de questionamento, por parte das autoridades chinesas quanto à dependência do país em relação ao dólar. Por exemplo, o presidente do banco central da China, Zhou Xiaochuan, sugeriu expressamente a substituição do dólar como moeda de reserva internacional, em benefício dos Direitos Especiais de Saque (SDR, sigla em inglês), moeda escritural do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nos últimos meses o banco central chinês intensificou o ritmo de sua política de negociação de *swaps* cambiais com bancos estrangeiros – a exemplo de Hong Kong, Indonésia, Malásia, Coreia do Sul e Argentina, entre outros. Tais acordos, que implicam a troca de moedas entre as autoridades monetárias dos países signatários, além de possibilitarem a substituição do dólar nas trocas bilaterais, já equivaleriam atualmente a significativos US\$ 95 bilhões. São repetidas as manifestações de autoridades chinesas no sentido de que o yuan deveria se tornar uma moeda de reserva importante futuramente.

Contudo, são tamanhos os desafios opostos às investidas chinesas que estas ainda são tratadas com ceticismo por grande parcela dos analistas. Desde o início da crise, intensificou-se o recurso de países emergentes a títulos do tesouro americano, reforçando o posicionamento de Morris Goldstein, do Peterson Institute for International Economics, para quem “o aspecto de porto seguro do dólar vem sobrepujando outras preocupações”. Caso deixem de comprar dólares, os chineses arriscariam reduzir significativamente o valor de seus ativos em dólar (as reservas internacionais do país superaram, em julho, a barreira dos US\$ 2 trilhões). Para que possam continuar a promover o yuan como opção à moeda estadunidense, a moeda chinesa deverá se tornar conversível, o que aumentaria sua cotação, reduziria a competitividade das exportações chinesas e eliminaria parcela significativa do controle estatal sobre a economia.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

BBC. *China launches yuan trade scheme*. (06/07/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=595728>. Acesso em: 19 jul. 2009.

Estado de Minas. *Que rei sou eu?* (08/07/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=596686>. Acesso em: 19 jul. 2009.

O Estado de S. Paulo. *China inicia uso do yuan em trocas externas*. (07/07/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=595831>. Acesso em: 19 jul. 2009.

Shanghaidaily. *China launches pilot program for trade settlements in yuan*. (07/07/09). Disponível em: <http://www.marketavenue.cn/upload/news/NEWS_54595.htm>. Acesso em: 19 jul. 2009.

Valor Econômico. *Bric aceleram suas compras de dólares*. (09/07/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=585710>. Acesso em: 19 jul. 2009.

Valor Econômico. *Lentamente, China prepara yuan para ser reserva global*. (01/06/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=582911>. Acesso em: 19 jul. 2009.

Rússia retomará proposta de adesão unilateral à OMC

A Rússia indicou recentemente que pretende retomar suas negociações de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) como um único Estado Membro. No mês passado, a Rússia parecia disposta a desistir dos 16 anos de negociação, quando o primeiro ministro russo, Vladimir Putin, afirmou que o país somente buscaria aderir à Organização se fosse considerado

como união aduaneira com a Bielorrússia e o Cazaquistão (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, 10 jun. 2009, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/48333/>>). No entanto, o país parece ter revertido esta posição.

Arkady Dvorkovich, principal assessor econômico do presidente Dmitry Medvedev, afirmou a repórteres que a Rússia conduzirá isoladamente sua adesão à OMC. Dvorkovich esclareceu que, como as negociações para o ingresso da união aduaneira na OMC pareciam difíceis e longas, os três Estados darão continuidade ao processo de adesão como três entes independentes, de forma paralela.

O Acordo de Marrakesh, que estabeleceu a OMC em 1995, não apresenta nenhum dispositivo relacionado à admissão de uniões aduaneiras, fato ressaltado por diversas delegações aos representantes russos durante consultas recentes na OMC.

Em junho, o diretor geral da OMC, Pascal Lamy, afirmou estar perplexo com a decisão russa de aderir à Organização como uma união aduaneira. Da mesma forma, o secretário de comércio dos Estados Unidos da América (EUA), Gary Locke, que visitou a Rússia com o presidente Barak Obama há duas semanas, afirmou estar “desconcertado” com a alteração de estratégia do país, especialmente frente aos avanços apresentados nas negociações de adesão unilateral da Rússia.

A ideia de união aduaneira, entretanto, não parece ter sido completamente descartada. Na terça-feira passada, Medvedev, afirmou que a Rússia poderia aderir à OMC de duas formas: via união aduaneira – o que “seria bom, mas muito difícil” –, ou unilateralmente, após concordar sobre alguns padrões e posições comuns dentro da união aduaneira tripartite – o que, em sua opinião, constituiria “a opção mais simples e realista”.

Esta não foi a primeira vez que a Rússia recuou em suas negociações de adesão. No ano passado, sob pressão dos EUA e da União Europeia (UE) referente ao papel de Moscou no conflito entre Ossétia do Sul e Abkhazia, Putin afirmou que a Rússia não identificava nenhuma vantagem em se

tornar Membro da OMC (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, 4 set. 2008, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/27680/>>). Contudo, dois meses após esta declaração, as negociações de adesão já haviam sido retomadas (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, 30 out. 2008, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/32395/>>).

A Rússia é a maior economia mundial que ainda não integra a OMC. Atualmente, a Organização conta com 152 Membros, além dos Membros da UE.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 26 - 15 jul. 2009.

China e Índia rechaçam tarifas de carbono

China e Índia denunciaram a possibilidade de que os países desenvolvidos (PDs) imponham tarifas de carbono sobre bens importados a partir de países que não regulam rigidamente suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs). Segundo o ministro de comércio da China, políticas desse tipo seriam utilizadas para proteger o comércio sob o pretexto de defenderem o meio ambiente.

“Essas medidas não funcionarão para fortalecer a confiança na capacidade de cooperação da comunidade internacional para lidar com a crise econômica, além de não colaborarem para os esforços de qualquer país durante as negociações sobre mudanças climáticas. A China opõe-se veementemente à idéia”, completou o ministro chinês.

Zhang Haibin, acadêmico e conselheiro do ministro de comércio chinês, declarou à imprensa local que os Estados Unidos da América (EUA) intentam utilizar a medida como forma de pressionar os países em desenvolvimento (PEDs) a adotar maiores cortes de emissões de GEEs. “No entanto, se os EUA tomarem iniciativas unilaterais sem as consultas apropriadas poderão provocar grandes disputas e até mesmo guerras comerciais”, acrescentou.

A declaração pública foi divulgada uma semana após a Câmara dos Deputados dos EUA aprovar o projeto de lei que inclui um dispositivo acerca dos ajustes tarifários na fronteira (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, 01 jul. 2009, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/49962/>>). Parte dos legisladores estadunidenses considera a medida essencial para garantir que as economias emergentes desempenhem a sua parte na redução das emissões mundiais de GEEs. Porém, a China insistiu que a noção de uma tarifa de carbono viola o espírito do Protocolo de Quioto, o qual se baseia na noção de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” – segundo a qual os PDs devem suportar ônus mais pesados que os PEDs em relação à mitigação das mudanças climáticas (MCs).

Reações similares na Índia

Em referência à lei ambiental estadunidense, um dos negociadores da Índia expressou a surpresa do governo pela medida. “Isso consiste em uma tentativa de trazer o comércio e a competitividade para as negociações climáticas. Essa é a contrapartida do *cap-and-trade*, porém a comunidade internacional não pode ser sujeitada às decisões políticas nacionais do presidente Barack Obama”, pontuou o delegado.

Alguns analistas consideraram as medidas como demonstração de protecionismo comercial, inadequado em meio à crise. No entanto, ainda não há garantias de que as tarifas incluídas nas emendas feitas pelo Congresso estadunidense ao projeto de lei ambiental entrarão efetivamente em vigor, uma vez que o Senado ainda deverá aprovar a sua versão da legislação.

O presidente Barack Obama admitiu publicamente que o país adotará medidas tarifárias imediatamente após a aprovação da lei pela Câmara. Contudo, Obama ressaltou: “Em um momento de grande recessão para a economia mundial e de significativa queda no comércio internacional, acredito que precisamos ser cautelosos ao enviar sinais de protecionismo ao mundo”.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 25 - 08 jul. 2009.

BREVE REGIONAL

Brasil e UE criam mecanismo de consulta contra barreiras não tarifárias

União Europeia (UE) e Brasil assinaram, no último dia 6, acordo que estabelece um mecanismo de consultas bilaterais sobre questões sanitárias e fitossanitárias, com o objetivo de prevenir conflitos comerciais.

O tema foi primeiramente discutido em 2006 e retomado em abril deste ano, época em que o governo brasileiro expressou descontentamento em relação ao rigor das barreiras técnicas impostas às exportações brasileiras. Segundo as lideranças políticas do Brasil, as medidas estariam violando as regras internacionais e limitando as exportações para o bloco. Exemplo disso foi a exigência europeia de rastreabilidade da carne bovina brasileira, que reduziu o número de estabelecimentos habilitados para exportação em mais de 70%.

Para o governo brasileiro, entraves desse tipo estão se multiplicando no atual contexto de crise econômica e exigem prioridade de tratamento por parte dos negociadores internacionais nos âmbitos regional e multilateral. Nesse contexto, a criação de um mecanismo de consultas bilaterais entre Brasil e UE integra um conjunto de ações da diplomacia brasileira com vistas a conter a imposição desenfreada de medidas sanitárias e fitossanitárias.

De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), tais medidas pertencem à categoria de barreiras não tarifárias e, em geral, são aplicadas para itens alimentares. As medidas sanitárias visam ao controle de entrada de produtos que contenham agentes contaminantes (agrotóxicos, toxinas ou organismos nocivos), que possam representar risco à saúde humana ou animal. Já as fitossanitárias são destinadas à proteção de espécimes da flora nacional. Embora haja diretrizes e padrões internacionais de produção e qualidade, a exemplo do *Codex Alimentarius* da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em

inglês), os países podem criar outras, desde que os critérios sejam cientificamente justificados. Isso significa que é possível restringir a circulação de produtos que contenham quaisquer substâncias que figurem na lista de componentes proibidos.

Ação no âmbito multilateral

Uma comissão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) participou, no dia 1º deste mês, da 45ª reunião do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês) da OMC. O SPS é um fórum de discussão entre os países Membros da organização para a matéria. Durante a reunião, a delegação brasileira apresentou uma moção comercial específica ao México, à Colômbia e ao Japão. Dentre essas, a mais significativa foi direcionada ao país asiático, uma vez que se solicitava a revisão dos Limites Máximos de Resíduos (LMR) de pesticidas aceitos no café brasileiro. A fundamentação do pedido brasileiro, assim como ocorre com a UE, é que sejam adotados os padrões internacionais do *Codex Alimentarius*.

O concerto de interesses entre Brasil e UE pode impulsionar a recuperação comercial dessas economias. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a China foi o único país a apresentar crescimento no comércio das vendas externas de junho, com uma elevação de 42,3% comparativamente a janeiro. As compras das demais regiões e países decaíram, em média, 27%. Em cotejo com o mesmo período de 2008, as exportações brasileiras decresceram 22,2%.

Embora tais números não sejam suficientes para explicar a condução das negociações externas brasileiras, fornecem subsídios para a discussão sobre as barreiras não tarifárias e para sua repercussão no comércio exterior, na medida em que estas podem constituir formas sutis de protecionismo.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Valor Econômico. *Brasil e UE fazem pacto anticonflito*. (07/07/2009). Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/ValorImpresso>

/MateriaImpresso.aspx?dtMateria=7/7/2009%200:00:00&codMateria=5660762&codCategoria=3>. Acesso em: 10 jul. 2009.

Valor Econômico. *Restrições sanitárias da UE “inquietam” Brasil*. (07/04/2009). Disponível em: <<http://www.abanorte.com.br/noticias/restricoes-sanitarias-da-ue-inquietam-brasil/?searchterm=omc>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

MAPA. *MAPA discute temas do agronegócio com a OMC*. (01/07/2009). Disponível em: <http://pt.engormix.com/MA-micotoxinas/noticias/mapa-discute-temas-agronegocio_15247.htm>. Acesso em: 11 jul. 2009.

ICONE. *Barreiras Sanitárias e Fitossanitárias*. Disponível em: <http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=15&ar eaID=14&secaoID=28&faq_assuntoID=7>. Acesso em: 13 jul. 2009.

Brasil prepara diplomatas para assumir postos de adido agrícola

Um grupo de diplomatas iniciou recentemente o treinamento para assumir a função de adido agrícola em embaixadas brasileiras no exterior. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) reconhece que, na posição de grande exportador de produtos agropecuários, o país se encontra defasado em relação a outros parceiros por ainda não contar com a figura de um especialista na produção e comercialização de bens dessa categoria entre seu corpo diplomático.

O *Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro* foi elaborado com a finalidade de suprir essa lacuna. A iniciativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) visa a colaborar para a capacitação dos membros do MRE que lidam com temas do agronegócio em suas rotinas. Durante o curso, que ocorreu entre os dias 6 e 17 deste mês, os diplomatas visitaram 12 municípios em cinco estados – Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Paraná –, além do Distrito Federal, com o objetivo de aprofundar conhecimentos a respeito de alguns setores estratégicos para o agronegócio

do país, entre os quais se encontram os de café, frutas, lácteos, grãos, carne e sucroalcooleiro.

A iniciativa adquire destaque quando posta em perspectiva com o significativo peso do agronegócio na plataforma comercial do Brasil. Nesse sentido, Célio Porto, secretário de relações internacionais do agronegócio do MAPA, ressaltou que o setor figura como elemento essencial para o superávit da balança comercial brasileira, mesmo no contexto da crise econômica. O diretor do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio, Eduardo Sampaio, corroborou a afirmação por meio de dados recentes da produção de grãos, a qual cresceu 132% de 1991 para 2009 – o que corresponde a uma taxa média de crescimento de 4,8% ao ano.

Outro propósito do treinamento consiste em familiarizar os representantes brasileiros com as iniciativas empreendidas pelo MAPA para auxiliar as exportações do setor, a exemplo da conformação a padrões sanitários estrangeiros, inspeção e embarque nos portos. Por essa razão, além de encontros com os representantes dos setores afins, os diplomatas visitaram o Porto de Paranaguá e o Laboratório Nacional Agropecuário de Campinas.

Reinhold Stephanes, ministro da agricultura, comemorou a iniciativa: “Após o programa, os diplomatas conhecerão melhor o que é o Brasil como potência na produção agrícola e como grande exportador, e utilizarão esse conhecimento nas funções que exercem nas embaixadas”. Entre os primeiros países a receber os novos diplomatas encontram-se Japão, Rússia e Estados Unidos da América (EUA).

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Diplomatas conhecem setores estratégicos para exportação*. (06/07/2009). Disponível em: <http://extranet.agricultura.gov.br/pubacs_cons/lap_detalhe_noticia_cons_web?p_id_publicacao=15310>. Acesso em: 08 jul. 2009.

Agência Brasil. *Diplomatas têm Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro*. (07/07/2009). Disponível

em:<<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/07/06/materia.2009-07-06.4673224101/view>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

O Estado de São Paulo. *Brasil terá nove adidos agrícolas no exterior*. (07/07/2009).

Equador rompe com o CIRDI

O presidente do Equador Rafael Correa assinou, em 2 de julho, um decreto que “denuncia e, portanto, declara terminado” o convênio com o Centro Internacional para a Resolução de Disputas Relativas a Investimentos (CIRDI). Com isso, seis meses após a notificação da decisão pela Chancelaria do Banco Mundial, o Equador deixará de participar do convênio.

As razões

Entre os argumentos utilizados pelo governo para se retirar do CIRDI – do qual faz parte desde 1986 – está o conflito que este representa frente à nova Constituição Política do país, aprovada por plebiscito popular em 28 de setembro de 2008. Em seu artigo 422, esta declara inconstitucional que a nação andina se submeta a arbitragens, a menos que a disputa envolva um cidadão latino-americano e ocorra perante um fórum latino-americano. O texto constitucional estabelece que: “Não poderão ser celebrados tratados ou instrumentos internacionais nos quais o Estado equatoriano ceda jurisdição soberana a instâncias de arbitragem internacional, em controvérsias contratuais ou de índole comercial, entre o Estado e pessoas naturais ou jurídicas privadas”.

O presidente Correa criticou severamente as decisões do CIRDI – cujo representante em Quito, Eduardo Somensatto, foi expulso pelo governo em 2007 –, as quais considera favoráveis aos investidores. No caso das companhias petrolíferas City e Perenco, por exemplo, Correa defende que as decisões do Centro constituem medidas provisionais ordenadas a favor das demandantes, com o objetivo de evitar que o Estado cobre as dívidas dessas empresas. Segundo especialistas, não cabe aplicar medidas provisionais contra um Estado quando o possível prejuízo possa ser compensado por indenização

monetária, como nos casos citados. “Essas medidas podem ser aplicadas a investidores, mas não a um Estado soberano. Isso gerou certo incômodo na defesa”, manifestou à imprensa o procurador geral Diego García. Após as ações de City e Perenco, outras empresas, como Burlington e Repsol, também solicitaram medidas provisionais. O Equador espera a decisão dos tribunais em ambos os casos.

Atualmente, o Equador enfrenta demandas internacionais no âmbito do CIRDI da ordem de US\$ 12,994 bilhões – cifra superior à sua dívida externa. Tais demandas foram, em sua maioria, apresentadas por companhias petrolíferas estrangeiras, como a francesa Perenco e as estadunidenses Burlington e Occidental por supostos descumprimentos de contratos. Apesar da decisão do Equador, García esclareceu que estes processos continuarão a ocorrer nessa mesma instância sem nenhuma variação, enquanto os convênios encerrados no futuro deverão obedecer a outras normas.

Essa situação motivou a proposta, apresentada pelo presidente Correa, sobre a possibilidade de expulsar do país as petrolíferas que questionarem o Estado equatoriano. “Se nos questionam, que nos questionem... mas deixam o país; eu não aceitarei que estas oligarquias venham questionar o país e continuem usufruindo de suas riquezas”, indicou Correa em seu informe de rádio e televisão habitual, em 21 de junho.

Consequências e alternativas

Ainda que os investidores tenham criticado a decisão do Equador de denunciar o convênio do CIRDI, assim como numerosos acordos bilaterais de investimento, o Equador contornou as críticas, sustentando que os dados revelam que tais decisões não afetam o investimento estrangeiro. “A CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina] acaba de emitir um relatório segundo o qual os dois países que mais receberam investimentos em 2008 foram Venezuela e Equador”, apontou o ministro de relações exteriores equatoriano, Fander Falconí.

Como alternativas para a resolução de disputas investidor-Estado, o Equador considera duas opções. Primeiramente, alguns dos novos

contratos assinados com empresas petrolíferas preveem a resolução de conflitos no Centro de Arbitragem e Mediação de Santiago, sob as regras da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional. Em segundo lugar, Falconí manifestou que, assim que seu país assumir a presidência *pro tempore* da União da América do Sul (Unasul), em 10 de agosto, proporá a criação de um sistema de intermediação sobre os investimentos estrangeiros diretos.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quinzenal*, Vol. 6, No. 13 - 14 jul. 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

20 de julho

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

21 de julho

Grupo de Trabalho sobre Comércio e Transferência de Tecnologia

23 de julho

Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento – Sessão Especial

29 de julho

Reunião do Conselho Geral

31 de agosto

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

Unctad

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

29 de julho

Reunião *Ad hoc* de especialistas sobre contribuições de imigrantes ao desenvolvimento: comércio, investimento e desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça

4 a 7 de agosto

Seminário de formação de tutores técnicos para formação à distância

Local: Conakry, República da Guiné

10 a 21 de agosto

Seminário de formação pedagógica para instrutores portuários para formação à distância

Local: Dakar, Senegal

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>

20 de julho

LVIII Reunião do Fórum de Consulta Política do Mercosul

21 de julho

Reunião preparatória para a XXXVII Reunião do Conselho de Mercado Comum

23 de julho

Reunião dos Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais

23 de julho

XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum

24 de julho

Cúpula de Presidentes do Mercosul

Cepal

Local: Santiago, Chile

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

22 de julho

Seminário sobre Hidrogênio

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

15 a 17 de julho

Conferência sobre os potenciais benefícios da nanotecnologia: investindo no desenvolvimento seguro de inovações tecnológicas

Local: Paris, França

22 e 23 de julho

Mesa-redonda sobre Desenvolvimento Sustentável

Local: Cingapura

23 e 24 de julho

Seminário sobre sustentabilidade de bio-produtos

Local: Montreal, Canadá

16 a 22 de agosto

Semana da Água

Local: Estocolmo, Suécia

20 a 22 de agosto

Simpósio sobre estabilidade econômica e políticas macroeconômicas

Local: Wyoming, Estados Unidos da América.

Informações Úteis

FAO edita novos padrões de segurança alimentar

No dia 6 de julho, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) acrescentou 30 novos padrões ao Codex Alimentarius. O Codex é uma compilação das principais diretrizes da organização para

produção, comercialização e manejo de alimentos. Para acessar a lista completa: <<http://www.fao.org/news/story/en/item/22058/icode/>>.

OMC disponibiliza ferramenta para consulta de tarifas da internet

A OMC lançou um novo site que oferece informações sobre as tarifas de seus Membros. Internautas podem consultar as tarifas consolidadas e aplicadas dos Membros e em muitos casos consultar também informações relativas a dados de importação. Para mais informações acessar:

<<http://tariffdata.wto.org/Default.aspx?culture=en-US>>.

Relatório do Fórum Econômico Mundial: “The Global Enabling Trade Report 2009”

No dia 7 de julho foi publicado, pelo Fórum Econômico Mundial, estudo que analisa instituições, políticas e serviços relacionados à prática do comércio em diversos países do mundo. O relatório enfatiza os aspectos positivos do referido setor em cada país e aponta os desafios a serem superados por eles. As informações apresentadas foram disponibilizadas por pesquisadores e empresas. Para maiores informações:

<<http://www.wforum.org/en/initiatives/gcp/GlobalEnablingTradeReport/index.htm>>.

Mais uma derrota estadunidense no contencioso “zeroing”

O Órgão de Apelação (OA) da OMC veiculou, em 14 de maio, relatório sobre a implementação pelos Estados Unidos da América (EUA) da decisão no contencioso sobre “zeroing” movido pela União Europeia (UE). A deliberação reforma a decisão do painel sobre implementação (Art. 21.5 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias), interpretando estritamente as obrigações oriundas de seu relatório sobre o caso: os EUA não podem utilizar a metodologia “zeroing” ou coletar direitos antidumping que tenham sido calculados por meio deste artifício, após a data de 9 de Abril de 2007.

Mais informações em <http://www.wto.org/english/news_e/news09_e/294abr_e.htm>.

Ramírez e Van den Bossche serão juízes do Órgão de Apelação da OMC

Ricardo Ramírez, mexicano, e Peter Van den Bossche, belga, serão os próximos juízes do OA da OMC, o tribunal de mais alto nível em termos de comércio multilateral. Os 153 Membros da OMC deverão finalizar o processo de seleção dos dois novos juízes do Órgão na próxima reunião do Órgão de Solução de Disputas, agendada para 19 de junho. Para mais notícias, ver: <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/47821/>>.

Brasil cria etiqueta para estimular eficiência e economia em edifícios

A Eletrobrás e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) lançaram, no dia 2 deste mês, a Etiqueta de Eficiência Energética em Edificações. A iniciativa integra uma estratégia maior do governo brasileiro, que pretende estimular a produção sustentável nos mais diversos setores da economia. Nessa mesma linha, o Inmetro criou, para o setor automobilístico, o Programa de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), o qual fornece aos consumidores informações acerca do consumo dos veículos, além de oferecer parâmetros de comparação com outros modelos (*Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No.8). Para mais informações, ver: <<http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/46467/>> e <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=9156>>.

OMC abre chamada para Fórum Público sobre a crise

A edição de 2009 do Fórum Público da OMC, que ocorrerá entre os dias 28 e 30 de setembro, trabalhará com o tema “Problemas globais, soluções globais: rumo a uma melhor governança global”. De acordo com os organizadores, o Fórum adquire pertinência ainda maior na busca por soluções globais face à desaceleração da economia global e à multiplicação de práticas protecionistas. Neste ano, o Fórum atentarà para o papel do sistema multilateral de comércio e para as negociações da Rodada Doha no contexto da

crise econômica. Para mais informações, ver: <http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/forum09_background_e.htm>.

<<http://comexgui.wordpress.com/2009/05/26/paises-fecham-acordo-global/>>.

Revista Direito GV abre chamada de artigos

A Revista Direito GV abriu, em finais de maio, chamada de artigos sobre “Metodologia de ensino do Direito”. A ideia surgiu da multiplicação de espaços de ensino do Direito. Atualmente, existem mais de mil cursos jurídicos no país. Esse quadro favorece reflexões sobre sua abordagem em sala de aula e sobre métodos que contribuam para a formação e capacitação do aluno do curso de Direito frente a esta nova conjuntura. Serão bem vindos textos inéditos que contribuam com discussões teóricas acerca das formas de avaliação, da metodologia e métodos de ensino do direito. Também serão considerados relatos que problematizem experiências individuais em sala de aula e que venham a contribuir, portanto, com essa proposta. Os textos – que podem ser escritos em português, inglês ou espanhol – deverão ser enviados para revistadireitogv@fgv.br até 13 de outubro de 2009.

Programa de cooperação técnica une Brasil e Angola

A Embrapa está atuando em parceria com o Ministério da Agricultura de Angola para a reestruturação do Instituto de Agricultura (IAA) daquele país. O programa faz parte de um projeto de cooperação técnica, no qual se prevê a assessoria e construção de pelo menos 16 centros de pesquisa até 2013. Para mais informações, ver: <http://extranet.agricultura.gov.br/pubacs_cons/lap_detalhe_noticia_cons_web?p_id_publicacao=15046>.

PDs e PEDs assinam acordo de eficiência energética

Os países do G8, União Europeia, além de Brasil, China e México firmaram no dia 25 de maio um acordo para troca de informação e experiência em matéria de eficiência energética. As linhas gerais do acordo foram o aprimoramento de tecnologias de baixa emissão de dióxido de carbono, investimentos nos setores de construção e transportes, e captação e armazenamento de dióxido de carbono. Para mais informações, ver: